

# VERITAE

TRABALHO PREVIDÊNCIA SOCIAL SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO

*Orientador Empresarial*

## ARTIGOS

### *A DRU E AS POLÍTICAS SOCIAIS*

*A PEC, em tramitação numa Comissão Especial da Câmara dos Deputados, mantém e prorroga até 2023, o mecanismo denominado Desvinculação das Receitas da União (DRU), surgido em 1994, sob a denominação de Fundo Social de Emergência (FSE) que mais tarde se viu que pouco tinha de emergência e muito menos de social.*

*Por Wilson Antonio Romero \*  
Texto elaborado em Jan/2016.*

A Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 87/2015, de iniciativa do Palácio do Planalto, apensada à PEC 4/2015, de autoria do hoje ministro da Comunicações, deputado licenciado André Figueiredo (PDT/CE), se aprovada, deixa ao livre arbítrio da União 30% dos recursos destinados aos programas sociais, em especial as ações do sistema de Seguridade Social (Saúde, Previdência e Assistência Social).

A PEC, em tramitação numa Comissão Especial da Câmara dos Deputados, mantém e prorroga até 2023 o mecanismo denominado Desvinculação das Receitas da União (DRU), surgido em 1994, sob a denominação de Fundo Social de Emergência (FSE) que mais tarde se viu que pouco tinha de emergência e muito menos de social.

Era somente um instrumento de gestão governamental para permitir que recursos das contribuições sociais pudessem ser desviados para outros objetivos como o pagamento e amortização da dívida pública federal.

Em 1996, já no governo FHC, a desvinculação foi prorrogada até 1999, por meio da Emenda Constitucional nº 10, e recebeu a denominação de Fundo de Estabilização Fiscal (FEF).

Com o fim de sua vigência, a Emenda Constitucional nº 27/2000 novamente estendeu sua aplicação, já com o nome de Desvinculação das Receitas da União (DRU). De lá para cá, ela vindo sendo prorrogada consecutiva e sistematicamente por todos os governos, até o final de 2015. Já são 21 anos em que os recursos públicos destinados à sociedade são desviados de sua finalidade constitucional.

Se prosperar a PEC em tramitação, só em 2016 mais de R\$ 118 bilhões de tributos como a Cofins, a CSLL e o PIS/Pasep, serão retirados de ações voltadas aos mais necessitados, ao atendimento hospitalar e aos programas de transferência de renda como seguro-desemprego e bolsa-família.

Apenas em 2014, o mecanismo sarrupiou da Seguridade Social R\$ 63,1 bilhões. Nos últimos três anos, quando o percentual era de 20%, foram quase R\$ 200 bilhões que deixaram de ser aplicados em ações das áreas da Saúde, Previdência e Assistência Social. Fica o alerta aos parlamentares para que não prospere mais este saque que atenta contra a cidadania.

.....

**\* Auditor Fiscal, Jornalista, Presidente da ANFIP e Diretor da Associação Riograndense de Imprensa – vilsonromero@yahoo.com.br**

*Texto divulgado por VERITAE, em Edição DESTAQUES 2016 e publicado no site [www.veritae.com.br](http://www.veritae.com.br), Seção ARTIGOS.*

As opiniões expressas nesta Seção são de responsabilidade de seus Autores, sendo, a divulgação por VERITAE Orientador Empresarial, devidamente autorizada pelos mesmos.

**VERITAE**

Edições Trabalhistas, Previdenciárias e de Segurança e Saúde no Trabalho

ISSN 1981-7584

[veritae@veritae.com.br](mailto:veritae@veritae.com.br)

[www.veritae.com.br](http://www.veritae.com.br)

Estamos no Twitter! Follow us: [www.twitter.com/VERITAE NEWS](https://www.twitter.com/VERITAE_NEWS)

Visite-nos também no [Facebook!](#)